----------ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ODEMIRA, REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E CINCO:----------

----------Ao vigésimo quinto dia do mês de Fevereiro do ano de dois mil e cinco, realizou-se no Auditório da Biblioteca Municipal "José Saramago", em Odemira, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, presidida pelo senhor Manuel António Dinis Coelho, secretariado apenas pelo senhor Amâncio Francisco Mendes da Piedade (Primeiro Secretário), e convocada pelo primeiro ao abrigo do artigo quadragésimo nono e da alínea b) do número um, do artigo quinquagésimo quarto da Lei número cinco A, barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, conjugado com o disposto na alínea b) do número um do artigo décimo quarto do respectivo Regimento, com a seguinte Ordem de Trabalhos:----------

----------I– PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:----------

----------Ponto um: Actas das Sessões: Extraordinária de 29/11/2004 e Ordinária de 20/12/2004: apreciação e aprovação;----------

----------Ponto dois: Leitura de Expediente;----------

----------Ponto três: Apreciação de assuntos de interesse para o Concelho.----------

----------II– PERÍODO DA ORDEM DO DIA:----------

----------Ponto um: Cumprimento do disposto na alínea e) do nº1 do art.º 53º da Lei n.º 169/99 de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei N.º 5-A/2002 de 11/01: apreciação;----------

----------Ponto dois: 2ª Modificação Orçamental – 2005: 1ª Revisão ao Orçamento da Receita; 1ª Revisão ao Orçamento da Despesa; 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos: apreciação e deliberação;----------

----------Ponto três: Eleição de quatro cidadãos eleitores da Assembleia Municipal para a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do Concelho de Odemira.----------

----------III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:----------

----------**ABERTURA DA SESSÃO**----------

----------Pelas vinte horas e trinta minutos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou, nos termos da Lei, aberta a sessão e, depois de saudar os presentes, passou a palavra ao Primeiro Secretário que procedeu à chamada, tendo-se verificado, após algumas chegadas mais tardias, a presença de trinta membros da Assembleia a saber, os senhores Amâncio Francisco Mendes Piedade, António Amaro Freire Marreiros Figueira, António Eduardo Guerreiro da Silva, António Manuel de Oliveira Rita Viana, Arménio Salgado Silvestre, Augusto Inácio Maria, Dinis Manuel Campos Nobre, Dulce Loução de Matos Raposo, Fernando José Romão da Silva Valério, Francisco Aleixo Silveira, Helder António Guerreiro, Hélia Maria dos Anjos Guerreiro Lino Patrício, Horácio de Oliveira Gonçalves, Humberto Inácio Encarnação, João Maria Salvador, Joaquina Maria Eduarda Bernardino, José da Silva Valério, José Manuel dos Reis Guerreiro, José Manuel Gonçalves Guerreiro, José Maria Joana, Leonel Nunes Rodrigues, Luís Ventura Mendonça, Manuel António Dinis Coelho, Manuel Augusto Piegas Marcos, Manuel da Silva Cruz, Maria Luísa Vilão Palma, Maria Virgínia Constanço Botica, Paulo Jorge Dias Reis, Tito Silvestre Nobre Palma e Vanda Maria dos Santos Benito da Silva Ribeiro, e a ausência dos senhores António Maria Guerreiro, Carlos José Martins Cortez, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Santiago, José Alberto Silva de Almeida, José Manuel Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de Relíquias, José Vieira Ramos, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara-a-Velha, Justino Augusto Baptista Abreu dos Santos, Manuel José da Silva Correia, Presidente da Junta de Freguesia de Sabóia e Mário Neves Páscoa Conceição, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho das Amoreiras.----------

----------Do executivo da Câmara Municipal de Odemira, estiveram presentes o senhor António Manuel Camilo Coelho, Presidente da Câmara Municipal de Odemira, bem como os senhores

António Manuel Viana Afonso, Carlos Alberto Silva Oliveira e José Alberto Candeias Guerreiro, Vereadores eleitos pelo Partido Socialista.----------

----------Reportando-se às faltas verificadas nas sessões anteriores, o senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que, à sessão ordinária realizada no dia vinte de Dezembro de dois mil e quatro, não tinha justificado a falta o senhor Justino Augusto Baptista Abreu dos Santos.----------

----------**I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**----------

----------**Ponto um**: ACTAS DAS SESSÕES: EXTRAORDINÁRIA DE VINTE E NOVE DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E QUATRO E ORDINÁRIA DE VINTE DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E QUATRO: Uma vez que todos os presentes se encontravam de posse de exemplares fotocopiados das actas em epígrafe, que foram previamente enviadas com a restante documentação para esta sessão, foi por isso dispensada a leitura e imediatamente submetidas à discussão.----------

----------A) ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE VINTE E NOVE DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E QUATRO: Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação daquela acta, a qual foi aprovada por maioria, com catorze votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor do membro eleito pelo Partido Social Democrata e três abstenções dos membros eleitos pelo Partido Socialista, quando estavam presentes vinte e oito membros da Assembleia;----------

----------B) ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE VINTE DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E QUATRO: Registou-se a intervenção do senhor António Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Colos, que referindo-se à nona página na quinta linha, onde se lia: "...veio criar os alvarás era de mil novecentos e noventa e um", devia-se ler: "...veio criar os alvarás era de mil novecentos e noventa e dois". Disse ainda que na mesma página, na décima

segunda linha, onde se lia: "...formação que era actualizada de dois em dois meses", devia-se ler: "...formação que era actualizada de dois em dois anos".----------

----------Esta proposta de alteração foi aprovada por consenso.----------

----------Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação do texto definitivo daquela acta, o qual foi aprovado por maioria, com dezoito votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, uma abstenção dos membros eleitos pelo Partido Socialista, uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e uma abstenção do membro eleito pelo Partido Social Democrata, quando estavam presentes trinta membros da Assembleia.----------

----------**Ponto dois:** LEITURA DE EXPEDIENTE: A exemplo das sessões anteriores, embora todos os presentes se encontrassem munidos de fotocópias dos mapas-resumo da correspondência recebida e expedida desde a última sessão ordinária, o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou os respectivos originais à disposição de eventuais interessados, para melhor esclarecimento.----------

----------O senhor Presidente da Assembleia Municipal chamou a atenção dos presentes para os documentos números setenta e três e setenta e quatro do mapa da correspondência recebida, respectivamente o ofício remetido pela Assembleia Distrital de Beja sobre "Serviço de Correios – Concessão dos CTT" e pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, sobre "Remunerações, Compensações para Encargos e Senhas de Presença dos Eleitos Locais para 2005".----------

----------Não havendo qualquer intervenção, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.----------

----------**Ponto três**: APRECIAÇÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O CONCELHO: Neste ponto registaram-se as seguintes intervenções:----------

----------O senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à discussão a problemática do

funcionamento dos serviços dos CTT, relembrando o ofício remetido pela Assembleia Distrital de Beja;----------

----------O senhor Manuel Cruz referiu que em Vila Nova de Milfontes o problema continuava a arrastar-se, nomeadamente com a falta de pessoal qualificado. Disse que a empresa contratava os carteiros temporariamente e quando eles já dominavam a profissão e o trabalho eram substituídos, o que levava a complicações na distribuição do correio.----------

-----Referiu ainda que se estava em vias de ter um novo Governo, pelo que seria importante continuar a chamar a atenção para este problema, nomeadamente para a forma como estavam a ser geridos os Serviços Públicos;----------

----------A senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, informou que nunca mais tinha sido contactada por ninguém dos CTT, por causa de assegurarem aqueles serviços na Junta de Freguesia. Revelou que em tempos, tinham sido "aliciados" a receberem os serviços dos CTT e em troca, aquela empresa saldava uma dívida que a Junta de Freguesia tinha contraído, por causa de um acidente de uma ambulância. Na altura informou os CTT que não aceitava a proposta, já que "não estava cá para deixar heranças aos vindouros".----------

-----Revelou também que os serviços de distribuição tinham piorado bastante na sua freguesia, apesar da Junta de Freguesia já ter promovido a criação de apartados para que essa distribuição fosse mais eficaz, e bem assim para garantir uma maior privacidade do correio, já que antes o mesmo era deixado nas tabernas. Disse também que actualmente, o carteiro devido ao volume de trabalho que tinha, não colocava o correio nos apartados, porque demorava mais tempo e continuava a deixar o correio nas tabernas. Os munícipes ficavam à espera das cartas nos seus apartados, sujeitos a que algumas com prazos, não fossem recebidas atempadamente;----------

----------O senhor Presidente da Assembleia Municipal, propôs que cada Junta de Freguesia enviasse à Assembleia Municipal um ofício que clarificasse todos os casos existentes nas

freguesias, relativamente ao funcionamento dos serviços dos CTT. Disse ainda que, quando tivesse reunido todos os ofícios das Juntas de Freguesia, os enviaria à Assembleia Distrital de Beja e à ANACOM, como forma de pressão. Esta proposta foi aprovada por consenso;----------

----------Interveio a senhora Vanda Ribeiro que informou que em Abril do ano transacto, numa sessão ordinária da Assembleia Municipal que se realizou em Santa Clara-a-Velha, tinha sido entregue ao Presidente da Câmara um abaixo-assinado dos moradores dos Montes de Cima, onde expunham algumas questões que gostariam de ver resolvidas, no entanto até ao momento não tinham obtido qualquer resposta.----------

-----Por último, informou que, em tempos, soube que tinham aberto uma vala e que tinham colocado um cano, para fazerem uma ligação da Estação de Tratamento de Águas Residuais de Santa Clara-a-Velha para o rio Mira. Em face do exposto, perguntou o porquê dessa situação, e bem assim se a água era tratada;----------

----------Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que referindo-se à proposta sobre “A problemática da Saúde”, apresentada pelo senhor Hélder Guerreiro, na última sessão deste órgão, solicitou às forças partidárias presentes que indicassem o nome dos seus representantes para integrarem a composição do Grupo de Trabalho. Em face do exposto o Grupo de Trabalho ficou com a seguinte composição: António Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Colos e José Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, representantes dos eleitos pelo Partido Socialista; Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, representante dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária e António Amaro Figueira, representante dos eleitos pelo Partido Social Democrata.----------

----------Interveio a senhora Vanda Ribeiro que considerou que os objectivos presentes na proposta em causa, eram muito teóricos, baseavam-se apenas em levantamentos de situações. Considerou ainda que faltava as questões mais práticas, tais como o alertar e o pressionar quem de direito.----------

----------Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que informou que os objectivos da constituição do Grupo de Trabalho sobre “a Problemática da Saúde” seriam estabelecidos no desenrolar das respectivas reuniões. Informou ainda que a primeira reunião seria apenas com os elementos da Assembleia Municipal e posteriormente seriam convidados a participar, o senhor Presidente da Câmara Municipal e os outros elementos exteriores, constantes na proposta.-------
-----Esta proposta de constituição do Grupo de Trabalho, com a indicação dos respectivos representantes das forças partidárias da Assembleia Municipal, foi aprovada por consenso. Foi ainda acordado que a primeira reunião se iria realizar no dia nove de Março do corrente ano, pelas dezanove horas, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Odemira.----------
-----Por último, revelou também que no próximo dia um de Março, iria estar presente na reunião do Conselho Municipal de Educação de Odemira, pelo que convidou os presentes a apresentarem assuntos que entendessem ver expostos nessa reunião.----------
----------Interveio o senhor Presidente da Câmara que referiu que, na altura tinha informado que, quando as obras da estrada começassem, iria falar com o empreiteiro para resolverem o problema dos Montes de Cima, da Tisnada e da Tisnadinha. Disse ainda que no momento as obras estavam em execução e inclusivamente estavam a tentar encontrar uma situação para o problema do esgoto.----------
-----Quanto à ETAR de Santa Clara-a-Velha, referiu que talvez se tratasse do colector de descarga de segurança, que por lei era obrigatório. Disse ainda que o cano não estaria destinado a descarregar o esgoto no rio, no entanto iria verificar junto do Vereador responsável pelo Pelouro, o que se tratava.----------
-----Informou ainda os presentes que, posteriormente à realização da sessão ordinária de Dezembro, da Assembleia Municipal, onde tinham sido colocadas questões relacionadas com a saúde, tinha participado num programa da RDP - Antena 1, sobre o afastamento dos Hospitais e Centros de Saúde da população. Seguidamente teve conhecimento que já estava previsto para

Odemira uma viatura VMER. Disse ainda que, em conversa com o Vereador Fernando Fialho, que era o enfermeiro que encabeçava a lista dos disponíveis para tripular a citada viatura, teve conhecimento que numa reunião em Beja tinha sido informado que iriam proceder à instalação de equipamentos mais avançados e de suporte de vida no INEM, que se encontrava nos Bombeiros Voluntários de Odemira. Revelou ainda que tinham optado por equipar uma viatura do INEM, porque o VMER tinha de possuir médicos do INEM e actualmente não existiam médicos disponíveis para esse efeito.----------

-----Informou ainda que iria estar em Timor, no início do próximo mês, a convite da INDE, para dar formação e ajudar aquela população na organização autárquica. Disse que Odemira sempre teve uma ligação estreita com o povo Timorense, pelo que seria importante essa intervenção. Informou também que tinha convidado o Vereador Francisco Duarte para o acompanhar, porque ele tinha sido um dos promotores dos apoios despoletados na altura da crise de Timor Leste. No entanto por motivos de saúde foi aconselhado a não viajar, pelo que irá acompanhado pelo Engenheiro Civil, Gilberto Gonçalves. Revelou ainda que irão tentar fazer um levantamento dos problemas existentes a nível de equipamentos e tentar, na medida do possível, através do Departamento Técnico do Município, encontrar algumas soluções.-------

-----Por último, considerou que a nível de educação, seria aconselhável posteriormente a visita a Timor Leste, do Vereador Carlos Oliveira, no âmbito da gestão corrente, o Vereador António Afonso e nas obras, o Vereador José Alberto Guerreiro, sempre acompanhados por qualquer Vereador da Oposição.----------

-----Informou também que tinha sido colocada a concurso a Estrada Nacional número trezentos e noventa e três, que liga Portas de Transval a Vila Nova de Milfontes e ao Cercal, bem como o estudo de viabilidade do IC4.----------

-----Por último, propôs que periodicamente a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal fizessem uma sessão extraordinária, numa das escolas do Concelho, à semelhança das sessões

descentralizadas. Considerou ainda que seria importante que os alunos verificassem como ambos os órgãos funcionavam, como os problemas e os assuntos eram debatidos e como se tomavam as decisões.----------

----------Interveio o senhor Vereador José Alberto Guerreiro, que informou que tinha havido um problema com a ETAR de Santa Clara-a-Velha e tinha havido necessidade de uma intervenção para reparação da mesma. Informou também que a ETAR em causa tinha os órgãos em profundidade e a caixa de limpeza dos efluentes estava a cerca de três metros de profundidade. Disse ainda que a ETAR estava em aterro e o seu efluente final saía a uma cota muito baixa e muito próximo da ribeira. Com o tempo seco não existia caudal e formavam-se pegos nas zonas subsequentes à ETAR, provocando maus cheiros. Disse também que o Município tinha reparado um dos tanques de arejamento que apresentava fissuras, pelo que tiveram de promover o esvaziamento do mesmo e, consequentemente, a um prolongamento dos canos para evitar o empoçamento tão perto. Por último, informou que não se tratava de uma descarga directa de esgoto, mas apenas da necessidade temporária de uma reparação.----------

----------Interveio o senhor Manuel Cruz que questionou o local para onde estava prevista a instalação da Escola de Ensino Básico dos Alagoachos. Considerou ainda que a construção das novas escolas seria um assunto que deveria ser debatido na próxima reunião do Conselho Municipal de Educação.----------

-----Referiu ainda que estava prevista a construção de três rotundas à entrada de Vila Nova de Milfontes, duas delas a menos de cem metros de distância. Em face do exposto, considerou que se tratava de um exagero de rotundas tão perto uma das outras.----------

----------Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que informou que, em tempos, tinha solicitado a vistoria ao edifício do mercado de São Luís, para que pudessem ter o alvará e levar a concurso as lojas e o bar. Referiu também que tinha investido muita verba no mercado e tinham urgência nessa vistoria.----------

-----Por último, perguntou em que situação se encontravam os arranjos do largo e local junto ao mercado.----------

----------Interveio o senhor José Valério, Presidente da Junta de Freguesia de Luzianes-Gare, que questionou em que situação se encontrava o velho Hospital de Odemira.----------

----------Interveio o senhor Presidente da Câmara que informou que iriam proceder à vistoria do mercado de São Luís, logo que possível. Disse também que teria de ser celebrado um protocolo entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de São Luís, por causa da questão do edifício e do terreno do mercado.----------

-----Quanto ao velho Hospital de Odemira, também denominado Unidade de Apoio Integrado, informou que em tempos tinha sido elaborado um projecto que estava dividido em três componentes: o antigo hospital, o antigo centro de saúde e o lar. Esse projecto tinha sido aprovado pela Câmara Municipal e pela Segurança Social e candidatado a um programa no segundo Quadro Comunitário de Apoio. Porém o projectista não tinha separado os orçamentos por componentes e, na altura que lhe solicitaram para o fazer, ele entrou em divergência com a Santa Casa da Misericórdia.----------

-----Revelou que nesta questão tinham prestado todo o apoio solicitado, apesar das pessoas referirem que o hospital não foi executado por culpa da Câmara Municipal. Disse ainda que o hospital era da competência da Santa Casa da Misericórdia e no momento estavam a tentar um acordo com o projectista para avançarem com o projecto.----------

---------Interveio o senhor Vereador Carlos Oliveira que informou que o Decreto-Lei número sete barra dois mil e três tinha decretado a elaboração das Cartas Educativas dos Municípios que seriam consideradas como o Plano Director Municipal para a Educação. Revelou ainda que tinham aderido a uma iniciativa da Associação de Municípios do Distrito de Beja, com a Escola Superior de Educação de Beja, que estavam a elaborar a Carta Educativa para o Concelho de Odemira, que terá o acompanhamento do Conselho Municipal de Educação.----------

-----Disse também que a carta educativa ainda se encontrava em fase de elaboração, porém o Governo tinha estipulado a data limite para apresentação das candidaturas para recuperação e reordenamento das escolas do primeiro ciclo do ensino básico, até ao final do ano transacto. Referiu ainda que tinham remetido trinta e cinco projectos de recuperação, construção e ampliação de escolas no Concelho e Odemira poderia aceder ao Eixo Um, do Programa Operacional do Alentejo, do Quadro Comunitário de Apoio e também ao Eixo Três, Medida Um, onde poderiam ir buscar mais verbas.----------

-----Enalteceu ainda os esforços dos serviços municipais na elaboração atempada dos trinta e cinco projectos de escolas que candidataram. Revelou ainda que a escola de Vila Nova de Milfontes era a mais problemática, tendo em conta o número de crianças envolvidas, algumas com problemas sociais graves. Referiu ainda que naquela localidade tinham cerca de trinta crianças em lista de espera ao pré-escolar e não tinham terrenos para construir novas escolas, apesar dos esforços desenvolvidos pelo Executivo Municipal e pela respectiva Junta de Freguesia.----------

-----Revelou ainda que o único terreno que tinham classificado como equipamento era o que fazia parte integrante do Pavilhão do Alagoachos, pelo que afigurou-se como uma medida inteligente e de futuro, construir adjacente ao citado equipamento, salvaguardando potenciais ampliações do mesmo, uma escola com um campo de jogos. A escola será dotada de oito salas de aula, dois pisos, baseada no projecto da Escola Básica de Mora, amavelmente cedido pelo respectivo Presidente da Câmara. A escola distará cerca de cinquenta metros do pavilhão e terá um parque de estacionamento junto à estrada.----------

-----Por último, revelou que com a presente solução seriam desactivadas duas salas, pelo que seriam mais duas ofertas de sala ao pré-escolar e passaria a haver uma oferta pública total de quatro salas, cerca de cem crianças. Disse ainda que a escola em frente à Nova Rede, iria ser intervencionada, iria sofrer uma construção de cerca de sessenta metros quadrados e seria

restituída à sua arquitectura original.----------

----------Interveio o senhor Vereador José Alberto Guerreiro, que informou que o arranjo urbanístico do Largo do Centro de Dia estava em fase de elaboração do relatório final, já tinha sido feita a intenção de adjudicação, pelo que previam o início das obras no principio do mês de Abril.----------

-----Quanto às rotundas em Vila Nova de Milfontes, considerou que existiam excessos de cruzamentos e estava provado que as rotundas permitiam uma melhor fruição do trânsito e evitavam mais os acidentes. As soluções encontradas para a entrada de Vila Nova de Milfontes tinham tido o acordo do Executivo da Câmara Municipal e da respectiva Junta de Freguesia. Disse também que pretendiam ter o projecto implantado no terreno até ao início do Verão.------

-----Informou ainda que pretendiam com uma das rotundas, desviar o trânsito para o canal, futuro edifício dos bombeiros voluntários, escolas e campo de futebol. Referiu também que a rotunda ficava bem enquadrada e seria uma boa solução na organização do trânsito naquele local. Por último, informou também que a Estrada Nacional número trezentos e noventa e três contemplava uma rotunda à entrada de Vila Nova de Milfontes, que resolveria apenas a entrada e saída do trânsito da vila e não resolveria a situação no interior da localidade, pelo que seria necessária a construção da rotunda anteriormente referida.----------

-----Quanto à rotunda dos Alagoachos, referiu que ainda se encontrava numa fase inicial, pelo que apenas surgiria dentro de cinco anos.----------

----------Interveio o senhor José Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, que referiu que havia na presente sessão a presença de público e não pretendia que ficassem com a ideia de que os problemas das outras Juntas de Freguesia estavam todos resolvidos, pelo facto dos respectivos Presidentes não intervirem.----------

----------Não havendo mais intervenções, nos termos da alínea a) do número um do artigo vigésimo primeiro do Regimento dos membros deste órgão, o senhor Presidente da Assembleia

interrompeu a sessão para intervalo, pelas vinte e duas horas e trinta e cinco minutos.----------Pelas vinte e duas horas e cinquenta minutos, depois de verificado o quorum, retomaram-se os trabalhos, dando-se continuidade ao tratamento dos assuntos agendados para a presente sessão.----------**II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**:----------**Ponto um:** CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO DA LEI NÚMERO CINCO A BARRA DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO QUE VEIO INTRODUZIR ALTERAÇÕES À LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO: Neste ponto registaram-se as seguintes intervenções:----------O senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou esclarecimentos acerca dos seguintes assuntos: na décima folha, onde se lê "Agriamarelo, Sociedade Agrícolas Ldª - Pedido de Isenção do Imposto Municipal sobre transmissões onerosas - (…) intenção de indeferir a pretensão"; na décima primeira folha, onde se lê "Fundação Odemira – Consulta para a definição da oferta formativa da Escola Profissional de Odemira (…) deliberou, por unanimidade não se pronunciar"; na décima quarta folha, onde se lê "(…) Pedido de rearborização com eucaliptos numa área de 1,5 ha (…) emitir parecer favorável…"; na décima sétima folha, onde se lê "Execução da Piscina Municipal de Odemira – Prorrogação do Prazo"; na vigésima oitava folha, onde se lê "Fungisteel, Serviços de Engenharia, Ldª - Elaboração dos projectos de execução dos sistemas de águas e esgotos de Fornalhas Novas";----------A senhora Vanda Ribeiro referindo-se à décima quinta folha, questionou sobre a "Rectificação da deliberação tomada em reunião ordinária realizada em 20/10/2004 – Permuta de terrenos em Santa Clara-a-Velha – Ampliação do cemitério de Santa Clara-a-Velha".----------Às questões colocadas, interveio o senhor Presidente da Câmara que informou, que existia uma lei que permitia aos empresários, pessoas singulares e colectivas, solicitarem a

isenção de impostos. Esse empresário apresentou o pedido, no entanto teria de explicar o que o seu investimento traria de mais valia para o Concelho de Odemira, quantos postos de trabalhos criaria, o estudo económico do investimento pretendido e o seu funcionamento. Foi notificado para o fazer, o que não aconteceu, pelo que o seu pedido foi indeferido, tendo em conta o Código do Procedimento Administrativo.----------

-----Quanto à Fundação Odemira informou que tinham de se pronunciar acerca de uma candidatura, dentro de um determinado prazo. Como até essa altura não haviam reuniões da Câmara Municipal, consideraram que não fazia sentido irem-se pronunciar sobre um assunto relativamente ao qual já tinha passado o prazo para esse efeito.----------

-----Disse também que a Câmara Municipal não costumava indeferir os pedidos de rearborização, porque se referem a matas que já foram arborizadas. Referiu também que o cemitério em Santa Clara-a-Velha estava praticamente esgotado e existia um terreno livre junto ao mesmo, que fizessem uma permuta com um lote na Boavista dos Pinheiros. Disse ainda que a rectificação era referente à área do prédio rústico.----------

-----Por último, referiu que a Piscina Municipal tinha muitos trabalhos a mais, porque muitos equipamentos não estavam inicialmente contemplados no orçamento inicial. Revelou também que esse tipo de situações provocavam uma derrapagem de cerca de dois meses no prazo de entrega da obra.----------

-----Referiu ainda que o Departamento Técnico do Município não tinha capacidade para elaborar todos os projectos, dado o volume de trabalho e de obras. Em face do exposto, o Município frequentemente recorria a serviços de empresas no exterior, tal como tinha acontecido com o projecto de execução dos sistemas de águas e esgotos de Fornalhas Novas.---

----------Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.----------

---------**Ponto dois:** <u>2ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL – 2005: 1ª REVISÃO AO</u>

ORÇAMENTO DA RECEITA; 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA; 1ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal, que explicou o porquê da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos da presente sessão:----------

----------"2ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL – 2005: 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA; 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA; 1ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS:- Procedeu-se à apreciação da 2ª Modificação Orçamental relativa ao ano de 2005, elaborada nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), consistindo na 1ª Revisão ao Orçamento da Receita, na 1ª Revisão ao Orçamento da Despesa e na 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, e que apresentavam os seguintes valores:----------

----------ORÇAMENTO DA RECEITA:----------

----------Inscrições/Reforços: € 155.500,00 (cento e cinquenta e cinco mil e quinhentos euros);--

----------Diminuições/Anulações: € 7.500,00 (sete mil e quinhentos euros);----------

----------ORÇAMENTO DA DESPESA:----------

----------Inscrições/Reforços: € 363.000,00 (trezentos e sessenta e três mil euros);----------

----------Diminuições/Anulações: € 215.000,00 (duzentos e quinze mil euros);----------

----------PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS:----------

----------Inscrições/Reforços: € 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil euros);----------

----------Diminuições/Anulações: € 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil euros);----------

----------Depois de analisados os referidos documentos, que vão ficar arquivados no maço de documentos respeitantes à presente acta, a Câmara Municipal deliberou aprová-los, por maioria, com três votos a favor dos Eleitos pelo Partido Socialista e três votos contra dos Eleitos pela Coligação Democrática Unitária, tendo o Senhor Presidente da Câmara exercido o

seu voto de qualidade, e bem assim, submetê-los à aprovação da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 2 do art. 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro”.----------

----------Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da presente proposta, a qual foi aprovada por maioria, com dezoito votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, oito votos contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, duas abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e uma abstenção do membro eleito pelo Partido Social Democrata, quando estavam presentes vinte e nove membros da Assembleia Municipal.----------

----------**Ponto Três:** ELEIÇÃO DE QUATRO CIDADÃOS ELEITORES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DO CONCELHO DE ODEMIRA: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Vereador Carlos Oliveira, que informou que a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens era uma instituição oficial não judiciária com autonomia funcional e que visava promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou por termo a situações susceptíveis de afectar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral. Disse ainda que a referida Comissão funcionaria de acordo com a Lei cento e quarenta e sete, do dia um de Setembro de mil novecentos e noventa e nove e seria declarada instalada por Portaria, logo que tivessem a indicação de todos os elementos que faziam parte da sua composição.----------

-----Revelou ainda que a Comissão apenas poderia intervir com o consentimento expresso dos pais, dos representantes legais ou pessoas que tivessem a guarda da criança ou jovem em risco. Disse também que a Comissão funcionava em duas modalidades, alargada e restrita, sendo a primeira constituída por dezoito pessoas, incluindo as quatro que estavam em causa neste ponto da Ordem de Trabalhos, e reuniria de dois em dois meses.----------

-----Referiu também que dentro da composição da Comissão Alargada seria encontrado um

número ímpar não inferior a cinco, para a Comissão Restrita que reuniria quinzenalmente e "estaria permanentemente no terreno".----------

-----Por último, informou que haveria sempre uma grande protecção à identidade das crianças, na informação transmitida à Comissão Alargada, e bem assim disse que o que fosse decidido em Comissão, teria de ser obrigatoriamente cumprido pelas entidades envolvidas.----------

----------Interveio o senhor Hélder Guerreiro que informou que o Grupo dos eleitos do Partido Socialista indicava para integrar a composição da referida Comissão os seguintes cidadãos:-----

----------Ana Rita Cortes Dias, Técnica Superior de Acção Social, a exercer funções na Associação Humanitária D. Ana Pacheco e tinha vindo a trabalhar com a TAIPA, em projectos de desenvolvimento social nas questões de apoio à família;----------

----------Isabel Maria Silva Dutra, Educadora de Infância, com especialidade em ensino especial e desempenhava funções de Coordenadora do Projecto sobre a Intervenção Precoce em Odemira;----------

----------Hélia Maria dos Anjos Guerreiro Lino Patrício, Professora do Primeiro Ciclo no Vale Ferro e membro deste órgão;----------

----------Referiu ainda que a criação da Comissão em causa era fundamental, porque o Concelho de Odemira tinha realmente problemáticas associadas com a toxicodependência, o álcool e a prostituição. Disse também que o Concelho não tinha um espaço para acolher, mesmo que temporariamente, as crianças que eram retiradas das famílias.----------

----------Interveio o senhor Manuel Cruz que considerou meritória a iniciativa da criação desta Comissão, para evitar que surgissem casos como o "da Joana". Considerou também que era importante que se debruçassem sobre as condições dessas crianças. Referiu ainda que o Grupo dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária, indicava o nome da senhora Vanda Maria dos Santos Benito da Silva Ribeiro, pois consideravam que quem trabalhava na área escolar, estaria mais sensível para acompanhar este tipo de situações.----------

----------Interveio o senhor António Amaro Figueira, que informou que não estava completamente informado sobre a proposta em discussão, no entanto o Partido Social Democrata propunha a indicação do senhor Jorge Parreira para integrar a composição da Comissão em causa, sujeito ainda a confirmação nos próximos dias.----------

----------Uma vez que haviam cinco cidadãos indicados para a composição da Comissão em causa, o senhor Presidente da Assembleia Municipal interrompeu a sessão por cinco minutos, nos termos da alínea a) do número um do artigo vigésimo primeiro do Regimento dos membros deste órgão, para que os grupos partidários chegassem a um consenso quanto aos quatro elementos a indicar.----------

----------Depois de verificado o quórum restabeleceram-se os trabalhos, tendo o senhor António Amaro Figueira dito o seguinte: "Considerando que não obtivemos o consenso e que não faz sentido estar a proceder a uma votação relativamente à proposta que fiz, eu retiro a proposta".--

----------De acordo com o nonagésimo artigo da Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, foi deliberado proceder-se à votação por escrutínio secreto, tendo-se obtido o seguinte resultado:----------

----------Votantes: vinte e nove;----------

----------Votos a Favor: vinte e cinco;----------

----------Votos (Abstenção): quatro.----------

----------Em face do exposto foram eleitos para a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens os seguintes cidadãos: Ana Rita Cortes Dias; Isabel Maria Silva Dutra; Hélia Maria Anjos Guerreiro Lino Patrício e Vanda Maria dos Santos Benito da Silva Ribeiro.----------

----------Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.----------

----------**III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:**----------

----------Não se registou qualquer intervenção.----------

----------**APROVAÇÃO EM MINUTA**----------

----------Nos termos do artigo nonagésimo segundo da Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, foram aprovadas em Minuta todas as deliberações tomadas para que produzam efeitos imediatos, por unanimidade, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e um voto a favor do eleito pelo Partido Social democrata, quando estavam presentes vinte e nove membros da Assembleia Municipal.----------

----------**ENCERRAMENTO DA SESSÃO**----------

----------Não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão pelas zero horas.----------

----------De tudo, para constar, se lavrou a presente acta que, nos termos da Lei, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal e pelo Primeiro Secretário.----------

----------O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,----------

----------O PRIMEIRO SECRETÁRIO,----------